

Uma leitura social da condição feminina no conto “Miss Algrave” de Clarice Lispector¹

*Una lectura social de la condición femenina en el cuento “Miss Algrave”
de Clarice Lispector*

*A social reading of the female condition in the short story “Miss Algrave”
by Clarice Lispector*

Maria Luiza Nantes Coelho e Souza²

Resumo

Neste trabalho, analisa-se o conto “Miss Algrave”, de Clarice Lispector, inserido na coletânea *A via crucis do corpo* (1974), publicada sob encomenda do editor Álvaro Pacheco da editora Artenova. A obra difere das produções anteriores de Clarice que se lança à uma linguagem direta para discutir sexualidade feminina dentro de uma sociedade delineada por dogmas cristãos. Assim sendo, tem-se, como objetivo desses estudos, identificar elementos históricos e sociais que dialoguem com forma e conteúdo narrativos, respaldando tais análises na crítica materialista que compreende a arte em sua relação com as transformações históricas e econômicas da sociedade. Para tanto, conta-se com teóricos como Antonio Candido (2006), Maria Elisa Cevasco (2013) e Terry Eagleton (1976).

Palavras-chave: Crítica Cultural Materialista; Clarice Lispector; literatura de autoria feminina; conto brasileiro.

Resumen

En este trabajo se analiza el cuento “Miss Algrave” de Clarice Lispector, incluido en la colección *A via crucis do corpo* (1974), editada por encargo del editor Álvaro Pacheco de la editorial Artenova. El trabajo difiere de las producciones anteriores de Clarice, que utiliza un lenguaje directo para discutir la sexualidad femenina dentro de una sociedad delineada por dogmas cristianos. Por tanto, el objetivo de estos estudios es identificar elementos históricos y sociales que dialogan con la forma y el contenido narrativo, apoyando estas análisis en la crítica materialista que entiende el arte en su relación con las transformaciones históricas y económicas de la sociedad. Para ello, hay teóricos como Antonio Candido (2006), Maria Elisa Cevasco (2013) y Terry Eagleton (1976).

Palabras clave: Crítica Cultural Materialista; Clarice Lispector; literatura escrita por mujeres; Cuento brasileño.

Abstract

In this work, Clarice Lispector's short story “Miss Algrave” is analyzed, included in the collection *A via crucis do corpo* (1974), published under the order of the editor Álvaro Pacheco of the publisher Artenova. The work differs from Clarice's previous productions, which uses a direct language to discuss female sexuality within a society delineated by Christian dogmas. Therefore, the objective of these studies is to identify historical and social elements that dialogue with narrative form and content, supporting these analysis in the materialist critique that

¹ Artigo apresentado no Latinidades – Fórum Latino-Americano de Estudos Fronteiriços, na modalidade online, 2020.

² Mestranda em Letras; Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – nível Mestrado – PPG Letras (UEMS); Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. marialuizancr@gmail.com.

understands art in its relationship with the historical and economic transformations of society. To this end, there are theorists such as Antonio Candido (2006), Maria Elisa Cevalco (2013) and Terry Eagleton (1976).

Keywords: Materialistic Cultural Criticism; Clarice Lispector; female authored literature; Brazilian short story.

1. Introdução

Publicada em 1974, *A via crucis do corpo* (1998) foi encomendada pelo editor Álvaro Pacheco, da editora Artenova, como nos conta a própria Clarice Lispector no prefácio da obra denominado “Explicação” (LISPECTOR, 1998, p. 11). O livro é resultado de um projeto de escrita singular às publicações anteriores da autora, até então conhecida pela sua escrita de caráter filosófico-existencial, por contar com narrativas que têm como figura central o corpo feminino.

Através de uma linguagem direta, *A via crucis do corpo* surge falando sobre o sexo, a velhice, o corpo e suas necessidades. Dadas as barreiras institucionais que ainda impediam o pleno acesso das mulheres aos campos de produção cultural, Clarice não somente denuncia essas limitações culturais e sociais impostas à mulher, como também coloca em primeiro plano a experiência feminina e o que é ter um corpo feminino dentro da sociedade moderna, apontando uma emancipação política na medida em que desconstruía o moralismo vigente no início dos anos 1970.

Dentre as narrativas que compõem *A via crucis do corpo*, selecionamos, para desenvolvimento analítico do presente trabalho, o conto “Miss Algrave”, primeiro dos treze contos, depois do texto intitulado “Explicação”, que já indica a tônica da obra: o exagero, a comicidade e a crueza da linguagem para tratar de sexualidade.

“Miss Algrave” apontará, também, para uma outra questão central na obra: a “prostituição” de Clarice como autora ao escrever por encomenda se rendendo às exigências do mercado editorial. A esse respeito, somos levados ao biógrafo Benjamin Moser, que afirmará: “Em *Via crucis* ela vincula explicitamente narração de histórias e prostituição.” (MOSER, 2009, p. 502). Nesse jogo intertextual, Clarice não apenas estabelece o contraponto entre o sagrado e o profano, mas simula uma escrita realista para revelar ou descortinar, estrategicamente, os bastidores das produções literárias e as amarras do cânone ocidental que predetermina aquilo que é chamado de boa e má literatura.

O conto “Miss Algrave” tem como protagonista Ruth, uma solitária e puritana datilógrafa que passara a vida reprimindo seus desejos sexuais. Quando criança, tivera algumas

experiências com seu primo Jack e, apesar da curiosidade natural do processo de desenvolvimento da sexualidade de qualquer criança, as brincadeiras infantis na cama da avó desencadearam, na personagem principal, um permanente sentimento de culpa, provocado pelo embate entre o desejo sexual e a educação religiosa que recebera, carregada do moralismo herdado da Era Vitoriana pela Inglaterra século XX – contexto histórico-social em que se passa a narrativa.

Dessa forma, o controle e repressão sobre o corpo feminino já se evidencia no poder da família tradicional como mediadora das estruturas sociais. Através da educação alienante e limitadora, passada de geração em geração, que subtrai do indivíduo a capacidade crítica e lhe induz a uma conduta obediente, de modo que não quebre padrões comportamentais ou desestabilize as organizações hierárquicas de sua comunidade, os valores patriarcais facilmente foram introjetados no pensamento e comportamento feminino durante a história.

No presente trabalho, teremos como objetivo compreender os fatores históricos que determinaram as relações sociais que condicionaram e subjugaram a mulher durante a história. Para tanto, recorreremos à crítica cultural materialista que se baseia nas premissas de Karl Marx (1818-1883) de que toda e qualquer relação humana está ligada às condições de produção material de uma sociedade e de que toda obra de arte reproduz em sua forma os conflitos sociais do contexto histórico em que é produzida. Terry Eagleton (1943-), uma das forças motrizes da grande tradição britânica de crítica cultural materialista, assim afirma em *Marxismo e Crítica Literária* (1976):

As obras literárias não são fruto de uma inspiração misteriosa nem são explicáveis simplesmente em função da psicologia dos seus autores. São formas de percepção, maneiras determinadas de ver o mundo, e como tal têm relações com a forma dominante de ver o mundo que é a mentalidade social ou ideologia de uma época. Essa ideologia é, por sua vez, produto das relações sociais concretas que os homens estabelecem entre si num tempo e lugar determinados; é o modo como essas relações de classe são sentidas, legitimadas e perpetuadas. (EAGLETON, 1976, p. 18)

Sendo assim, compreendemos que, acompanhar o percurso de personagens como Ruth, é também reconhecer elementos históricos – tais como a formação da identidade feminina – que foram minorados ou ignorados pela história oficial e pelo cânone, produzidos a partir de uma perspectiva patriarcal.

2. A conjuntura histórica integrada à literatura

A crítica cultural materialista tem as produções artísticas como produto das relações sócio-históricas ou econômicas de uma sociedade. Por meio de procedimentos que levam em

consideração como o conteúdo concretiza as contradições sociais de um determinado tempo histórico na estética textual, a crítica cultural consegue alcançar horizontes muito mais amplos e realmente transformadores de análise.

A esse respeito, no ensaio “O diferencial da crítica materialista” (2013), Maria Elisa Cevalco afirma que a obra conjunta dos pensadores da crítica cultural marxista realiza um efetivo trabalho de diagnóstico e demonstração do custo pago pelos seres humanos por viver sob um modo de produção baseado na exploração das classes e na primazia do lucro sobre a vida. Como exemplo disso, a pesquisadora rememora o primeiro livro de peso para a tradição marxista ocidental *História e Consciência de Classe*, escrito em 1923, pelo filósofo Georg Lukács que avalia, através da noção de *reificação*, como as forças do modo de produção operam sobre os sujeitos e mercantilizam as relações humanas: “Assim o sistema deforma tanto a esfera da produção material quanto a da produção do conhecimento e das artes” (CEVASCO, 2010, p. 20).

Em *Marxismo e crítica literária* (1976) Terry Eagleton afirma que essas forças de produção material constituem o que Marx chama de estrutura econômica da sociedade, conhecida pelo marxismo como *infraestrutura* econômica, e é essa base econômica que dará origem, em cada período, a uma *superestrutura* que concerne certas configurações jurídicas e políticas, em um certo tipo de Estado, e têm como função legitimar o poder da classe detentora dos meios de produção econômicos. Eagleton acrescenta:

Mas a superestrutura contém mais do que isto: ela consiste também em certas formas definidas de consciência social (políticas, religiosas, éticas, estéticas, etc.), que o marxismo designa por *ideologia*. A função da ideologia é, portanto, legitimar o poder da classe dominante na sociedade; em última análise, as ideias dominantes de uma sociedade são as ideias da sua classe dominante. (EAGLETON, 1976, p. 17-18)

Para o teórico Antonio Candido (1918-2017), o contexto social é mais do que um pano de fundo para as produções artísticas, pois atua e condiciona a forma mesma dessas manifestações. Em *Literatura e Sociedade* (2006) Candido procura, através de uma interpretação dialética que privilegia tanto a forma quanto o conteúdo, estudar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais nas estruturas das obras literárias. Segundo ele, a estrutura literária “repousa sobre a organização formal de certas representações mentais, condicionadas pela sociedade em que a obra foi escrita” (CANDIDO, 2006, p.177). Tal premissa se coaduna com a perspectiva de Cevalco, pois “isso de saída confere ao trabalho crítico uma relevância social ampla, na medida mesmo em que examina a produção cultural

como a formalização dos significados e valores de uma determinada sociedade.” (CEVASCO, 2013, p. 16)

Assim, tomando como base os preceitos da crítica materialista aqui expostos, compreendemos que a narrativa apresenta-se como alegoria da sociedade em funcionamento, ou como inscrição das contradições sociais de uma época, manifestas na própria composição estética da obra.

2.1. A condição feminina como resultado das transformações socioeconômicas durante a história

Apesar de ter sido uma estrangeira em um país subdesenvolvido, Clarice Lispector (1920-1977) fizera do Brasil sua nação. A autora presenciou de perto a tensa ditadura civil-militar que se estabeleceu no país após o Golpe de 1964 (regime que institucionalizou, com a imposição do AI-5, em 1968, a tortura e a censura) e participou de protestos contra a crescente brutalidade do governo (marchou na fileira da frente da Passeata dos Cem Mil (1968) ao lado dos estudantes).

Clarice nunca se declarou feminista, talvez nem ao menos reconhecesse em suas obras um verdadeiro posicionamento político em defesa do movimento feminista, mas a literatura clariceana possibilita a realização de investigações acerca das relações de gênero e da construção do sujeito feminino a partir de seus personagens e os processos de desconstrução das subjetividades femininas elaborados em suas narrativas.

Paralela à redemocratização do Brasil e esgotamento do regime militar, a década de 1970, em que fora publicada *A via crucis do corpo*, fora também marcada pelos levantes feministas de afirmação e constituição de sua bandeira no país. A revolução sexual em curso, vinculada à contracultura, estabelecia íntimas relações com os movimentos de minorias e, através de feministas como Rose Marie Muraro (1930-2014), que criticava veementemente o sistema capitalista que se estabeleceu sobre as bases do patriarcalismo, mudava-se a consciência coletiva dos conceitos tradicionais de família, sexualidade, corpo e política. No livro intitulado *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil* (1983), Rose Marie afirma:

Aquilo que pensávamos ficar restrito às universidades e a pequenos círculos extrapolou de muito os ambientes especializados e constituiu, mesmo, o evento mais explosivo em relação à discussão pública da condição da mulher naquela época. Pela primeira vez levantava-se em nosso País, justamente no período do AI-5, o problema da mulher. Pensávamos, então, no início da década de 70, em que era rigorosamente vedada a prática política, que os problemas do comportamento começavam a vir à tona, por esse motivo, com grande força. (MURARO, 1983, p.13)

Uma série de fatores contribuiu para os levantes feministas no Brasil dos anos 1970. O primeiro deles é o Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975, em decorrência das movimentações que se evidenciavam no cenário europeu e americano e propagavam suas discussões em uma perspectiva global. Outro fator a ser considerado é a modernização que o país vinha sofrendo desde a década de 1950 e que afetava diretamente a situação das mulheres que agora vislumbravam para si uma maior abertura educacional e profissional no cenário nacional. O terceiro ponto refere-se ao pano de fundo de autoritarismo instaurado em 1964 que, ao mesmo tempo em que foi palco da luta de militantes políticos, também serviu de solo fértil para questionamentos acerca do papel da mulher na sociedade patriarcal.

Este último ponto traz consigo, embutido, o forte caráter marxista deste feminismo da resistência à ditadura, dos partidos de esquerda, então postos na clandestinidade, das guerrilhas urbanas e da luta armada como um todo. É muito difícil, portanto, dissociar o feminismo brasileiro da década de 1970 de uma abordagem interseccional, principalmente no tocante às relações entre gênero e classe. (DIMAMBRO, 2019, p. 160)

Propondo uma ligação direta entre a luta feminina e questões econômicas, na introdução histórica ao livro *O martelo das feiticeiras* (2009) de Heinrich Kramer e James Sprenger, Rose Marie Muraro nos mostrará como a história da sobrevivência humana é também a história do condicionamento da mulher desde as sociedades primitivas.

Segundo a maioria dos antropólogos, o ser humano habita este planeta há mais de dois milhões de anos. Mais de três quartos deste tempo a nossa espécie passou nas culturas de coleta e caça aos pequenos animais. Nessas sociedades não havia necessidade de força física para a sobrevivência, e nelas as mulheres possuíam um lugar central. [...] Nesses grupos, o princípio masculino e o feminino governam o mundo juntos. [...] Nas sociedades de caça aos grandes animais, em que a força física é essencial é que se inicia a supremacia masculina. (MURARO, 2009, p. 5)

Muraro (2009) afirma que, ainda nas sociedades de caça, a mulher era considerada um ser sagrado por ter o privilégio da procriação e que isso ocorria porque, nessas comunidades, ainda era desconhecida a função do homem na procriação. O “poder biológico” concedido à mulher foi sendo suplantado pelo “poder cultural” que o homem foi construindo à medida que a tecnologia foi se desenvolvendo.

Nas sociedades em que a coleta ainda era o principal meio de sobrevivência e as mulheres tinham certo poder, a sistemática de vida era baseada na cooperação para que as pessoas pudessem sobreviver sob as hostis condições climáticas e ambientais, não havendo,

assim, nenhuma espécie de coerção ou centralização. A liberdade sexual também era maior, tendo em vista que não havia transmissão de herança ou poder.

É só nas regiões em que a coleta é escassa, ou onde vão se esgotando os recursos naturais vegetais e os pequenos animais, que se inicia a caça sistemática aos grandes animais. E aí começam a se instalar a supremacia masculina e a competitividade entre os grupos na busca de novos territórios. [...] As guerras se tornam constantes e passam a ser mitificadas. Os homens mais valorizados são os heróis guerreiros. Começa a se romper a harmonia que ligava a espécie humana à natureza. (MURARO, 2009, p. 6)

Com a descoberta do arado, o homem deixou de ser nômade, passando assim a viver em agrupamentos humanos, a dividir as terras e a estabelecer as primeiras aldeias que depois se tornariam cidades, estados e impérios.

Hoje há consenso entre os antropólogos de que os primeiros humanos a descobrir os ciclos da natureza foram as mulheres, porque podiam compará-los com o ciclo do próprio corpo. [...], mas foram os homens que, a partir da invenção do arado, sistematizaram as atividades agrícolas [...]. (MURARO, 2009, p. 7)

Nesse momento, as estruturas comunitárias de partilha e solidariedade já não mais caracterizam as sociedades, mas sim a propriedade privada e a lei do mais forte. Suplantadas as sociedades matrilineares, os homens passam a controlar rigidamente a sexualidade das mulheres, o que os torna portadores da sua transmissão e, por consequência, dominadores dos valores sociais.

O casamento era monogâmico e a mulher era obrigada a sair virgem das mãos do pai para as mãos do marido. Qualquer ruptura desta norma podia significar a morte. Assim também o adultério: um filho de outro homem viria ameaçar a transmissão da herança que se fazia através da descendência da mulher. A mulher fica, então, reduzida ao âmbito doméstico. Perde qualquer capacidade de decisão no domínio público, que fica inteiramente reservado ao homem. (MURARO, 2009, p. 7)

No tratado *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), publicado em 1884, Friedrich Engels (1820-1895) também traçava um panorama evolutivo dos modos de sobrevivência humana desde os tempos primitivos até os atuais e acreditava que a dinâmica social da vida humana de determinado tempo histórico ou de determinado país estava intrinsecamente ligada a dois tipos de produção: o grau de desenvolvimento do trabalho e o grau de desenvolvimento da própria família.

Quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a quantidade de seus produtos e, por consequência, a riqueza da sociedade; com tanto maior força se manifesta a influência dominante dos laços de parentesco sobre o regime social. Contudo, no marco dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e com isso a base dos antagonismos de classe [...]. (ENGELS, 1984, p. 2-3)

Em introdução aos textos da *Contribuição à crítica da Economia Política*, publicada pela primeira vez em 1859, Karl Marx (1818-1883) afirmava que o homem estabeleceu relações de produção inerentes à sua vontade para a produção social de sua existência e acrescenta:

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que lhes determina o ser; é, inversamente, o ser social que lhes determina a consciência. Em uma certa etapa de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se então uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. (MARX, 2008, p. 47)

Assim, com o fim das organizações sociais estruturadas em uniões gentílicas, uma nova sociedade baseada em classes sociais dá origem ao Estado, composto por unidades territoriais em que o regime familiar de subordinação e repressão da mulher está submetido às relações econômicas. “A dicotomia entre o privado e o público estabelece, então, a origem da dependência econômica da mulher, e esta dependência, por sua vez, gera, no decorrer das gerações, uma submissão psicológica que dura até hoje.” (MURARO, 2009, p.7)

Na esteira dessas ideias, estão as afirmações de Heleieth Saffioti em *A mulher na sociedade de classes* (1976), onde a socióloga pontua que as barreiras impostas às mulheres em sua especificidade de gênero, não apresentam uniformidade no que diz respeito ao seu processo de aparecimento e vigência.

Na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades da ordem imperante da sociedade competitiva e não pela necessidade que porventura tenham as mulheres de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas. (p. 36)

Como exemplo disso, podemos recorrer aos estudos de Angela Davis em *Mulher, raça e classe* (2016) nos quais a filósofa traz à luz a experiência das mulheres negras escravizadas como ponto de partida para a compreensão da condição da mulher como fruto de uma estrutura estabelecida sobre o conceito de propriedade e força de trabalho.

Davis (2016) afirma que, historicamente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as mulheres brancas e, como consequência disso, outros aspectos de suas vidas, como a constituição de uma família, por exemplo, foram sublimados pelo trabalho compulsório. “O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os

proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.” (DAVIS, 2016, p. 10) Sendo assim, o que se percebe é uma contradição entre o ideal de feminilidade e a realidade dessas mulheres negras. “A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias.” (DAVIS, 2016, p. 11)

Em *Sou eu uma mulher?* (2014) Bell Hooks também afirmará que o patriarcado mostrava-se mais imponente que o racismo como força opressiva nas vidas das mulheres negras americanas. A política sexista trazida pelos homens brancos das terras da Europa era uma parte integral da ordem social e causava grave impacto no destino dessas mulheres escravizadas. Segundo Hooks, nesse primeiro momento do negócio escravocrata, a mulher negra não era tão valiosa quanto o homem negro, custando mais caro adquiri-lo do que uma escrava do sexo feminino. A escassez de casais nas colônias, portanto, fez com que agricultores brancos estimulassem mulheres brancas imigrantes a terem relações sexuais com homens negros afim de produzir novos trabalhadores. Entretanto, visando restringir esse tipo de relação sexual, em 1964 é sancionada, em Maryland, a primeira lei antifusão, que previa que qualquer mulher que se relacionasse sexualmente com um homem negro escravizado, passaria, automaticamente, a ser propriedade dos donos de seu marido enquanto este fosse vivo.

O mais célebre caso desse tempo foi o de Irish Nell, uma serva contratada por Lord Baltimore a um agricultor sulista que a encorajou a casar com um homem negro chamado Butler. Lord Baltimore, vendo o destino de Irish Nell, considerou tão aterrorizador que essa mulher branca por escolha ou por coação coabitou sexualmente com homens escravos negros que ele revogou a lei. A nova lei dizia que a descendência da relação entre a mulher branca e o homem negro seria livre. (HOOKS, 2014, p.14)

A partir de então, os agricultores reconhecem o potencial econômico implícito na aquisição de uma mulher negra que sem impedimentos geraria nova força de trabalho. Ao contrário da descendência gerada pela relação de uma mulher branca com um homem negro, os filhos gerados pela mulher escrava, sem ser levada em conta a raça de seu companheiro, tornavam-se, automaticamente, propriedade dos donos de sua progenitora.

Os ataques virulentos à importação de escravos também conduziram a uma maior ênfase sobre a criação de escravos. Ao contrário da descendência das relações entre homens negros e mulheres brancas, a descendência de qualquer mulher negra escrava sem levar em conta a raça do seu companheiro seria legalmente escrava e assim propriedade do dono a quem a escrava pertencia. Como o valor de mercado das mulheres negras escravas aumentou, um largo número foi roubado ou comprado por negociantes de escravos brancos. (HOOKS, 2014, p.14)

Outro ponto considerado por Bell Hooks é a cultura de subjugação masculina sob a qual viviam as mulheres africanas. A ordem social patriarcal não somente atribuía a essas mulheres um status inferior, mas submetia-as a uma vida de trabalho árduo em suas comunidades, o que, de certa forma, revelou-se um atrativo para o homem branco que posteriormente as dominaria.

A mulher africana educada na arte da obediência pela alta autoridade da tradição da sua sociedade foi provavelmente vista pelo homem branco escravagista como um sujeito ideal para a escravatura. Enquanto a maior parte do trabalho a ser realizado nas colônias americanas foi na área da agricultura com enxada, sem dúvida ocorreu aos escravagistas que as mulheres africanas, acostumadas em desempenhar o trabalho árduo nos campos enquanto também desempenhavam uma larga variedade de tarefas domésticas, seriam muito úteis nas plantações americanas. (HOOKS, 2014, p. 15)

Heleieth Saffioti (1976) considera que o sistema capitalista aparece em condições extremamente adversas a mulher, pois se alinha à tradicional subvalorização das capacidades femininas, que se apoia sobre mitos, e da qual lança mão para justificar a marginalização dessa classe do sistema de bens e serviços.

Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. A elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume, na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das relações empíricas das sociedades competitivas. A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. (SAFFIOTI, 1976, p. 35-6)

Dessa forma, compreendemos que há uma íntima relação entre as questões de gênero e as desigualdades produzidas e reproduzidas pela sociedade capitalista. Utilizando como subterfúgios conceitos da biologia, a opressão e o cerceamento que as noções patriarcais estabelecem sobre as mulheres corresponderão às dinâmicas materiais de uma determinada sociedade. Sendo assim, a situação da mulher assume um aspecto de destino institucionalizado, uma vez que sua existência se petrifica em um modelo aprisionado a figuras e imagens predeterminadas e definidas pelo olhar masculino.

2.2. Ruth Algrave como materialização da condição feminina

A escrita de autoria feminina é uma força viva que testemunha a ação das estruturas econômicas que, ao lançarem mão das diretrizes de uma classe dominante, ou seja, da ideologia patriarcal com seus rituais e símbolos respaldados pelos arquétipos do cristianismo, cercearam a conduta social, ética e moral das mulheres. A professora Rita Terezinha Schmidt (2003)

afirma, a esse respeito, que as narrativas contemporâneas escritas por mulheres fazem parte de um projeto de reconstrução identitária, de tomada de consciência do corpo e de recomposição do sujeito feminino. Segundo ela,

Se, por um lado, a ficção de autoria feminina absorve, reinterpreta e recria o discurso cultural no qual é engendrada, por outro, realiza, em seu potencial reflexivo, um deslocamento dos significados cristalizados histórica e culturalmente, tornando visíveis outros sentidos apagados e silenciados. Isso significa dizer, em última análise, que ela inaugura um corte diferencial no sistema de representações e significações da cultura, particularmente nas figurações vigentes do feminino nesse sistema, uma vez que sua lógica se institui dentro de um imaginário circunscrito a um modelo singular de subjetividade, a do sujeito masculino, em relação ao qual a subjetividade feminina foi construída como uma variante agravada pela sinalização do menos. (SCHMIDT, 2003, p. 179).

Em *A via crucis do corpo* (1974), Clarice Lispector simula uma escrita realista em que o grande personagem é o corpo. Uma visão panorâmica da obra nos permite observar que o livro é composto por narrativas que têm como primeiro plano a sexualidade mas que possuem, também, uma reflexão acerca do próprio ato de escrever, da escritura sob encomenda em contraponto com a escritura por inspiração e o desnudamento dos limites da prática do narrador. A esse respeito, Yudith Rosebaum (2002) afirmará que a realidade e a linguagem caminham indissociáveis na obra da autora.

Os contos abordam prostitutas, travestis, mendigos e marginais que vagueiam pelas noites cariocas. A linguagem é direta, bruta, chocante. Nessa altura de sua obra, a autora, usando de pura catarse e evitando toda sofisticação de linguagem, parece purgar o que ela chama de "mundo-cão". Afinal, diz a autora, "há hora para tudo. Há também a hora do lixo". Ainda assim, suas histórias parecem abraçar, mais uma vez, o sentido da vida ou a falta dele, o limites da palavra, a precariedade da existência, o encontro casual com a verdade, a crueldade e o amor inesperado. (YUDITH, 2002, p. 88)

Em *Clarice, uma biografia* (2009), Benjamin Moser considera essa relação entre a profanação do corpo humano e a profanação do corpo textual como fundamento estrutural da obra. Ao se referir à postura de Clarice ao publicar *A Via Crucis do Corpo*, o historiador estadunidense afirma que, diferentemente da jovem atenta ao olhar da crítica sobre suas produções, a postura da escritora, naquele momento, já era outra.

Como provocação a seus críticos, não é nada sutil. [...] A exemplo do que fizera ao começar a escrever para o *Jornal do Brasil*, no entanto, ela se distancia do ranço de indecência que associava a escrever por dinheiro. [...] Imaginando as reações, usa uma metáfora que alude à punição aplicada a uma prostituta bíblica: "Vão me atirar pedras. Pouco importa. Não sou de brincadeiras, sou mulher séria". (MOSER, 2009, p. 502-503)

Isso posto, podemos analisar o conto "Miss Algrave", primeiro dos treze contos "pornográficos" que compõem a obra e que têm, como personagem principal, Ruth Algrave,

uma puritana datilógrafa que vive em Londres. O conto é narrado em terceira pessoa, a partir do ponto de vista de um narrador onisciente e neutro. Ao iniciar a história, o narrador aponta a transformação sofrida por Ruth como um fato verdadeiro e provoca, assim, uma troca entre as noções de verdade/mentira e realidade/ficção. Desse modo, ficção, tradicionalmente uma “mentira”, passa a se tornar uma “verdade”.

[...]esse parágrafo, o primeiro do texto, apresenta-se como índice de leitura para “Miss Algrave” e, assim, para A via crucis do corpo, na medida em que concilia tanto a tensão entre “verdade”/“mentira”, “realidade”/ “ficção”, quanto o posicionamento do narrador ao apresentar os fatos. Há, portanto, um embaralhamento dessas noções, de modo que ficção, tradicionalmente uma “mentira”, passe a se mostrar como uma “verdade”, curiosamente por meio da voz do narrador-ator e não da protagonista, que “era sujeita a julgamento” (p.15). (REGUERA, 2006, p. 248)

Ruth Algrave é chamada de Miss pelo chefe Mr. Clairson. O pronome de tratamento, aliado ao uso do sobrenome, é um recurso para enquadrar a personagem na tradição familiar: “Seu chefe nunca olhava para ela e tratava-a felizmente com respeito, chamando-a de Miss Algrave.” (LISPECTOR, 1998, p. 13-14) A protagonista recusava todos os prazeres da carne, jurava que jamais seria tocada por alguém, tomava banho apenas uma vez por semana usando roupas íntimas para não ver seu corpo nu e não se tocar. Escrevia cartas de protesto ao *The Times* contra os casais que se beijavam no Hyde Park ou contra as cenas de beijos que eram transmitidas pelos canais de televisão: o sexo para ela era repugnante a ponto de fazê-la envergonhar-se pelo fato de ter sido concebida por seus pais.

[...]a palavra carne pode ser entendida a partir de vários sentidos: corpo físico; relação entre homem e mulher; parte da criação; objeto de tentação. Sendo assim, a carne não é aceita nem no cardápio nem na prática sexual, pois na visão da personagem é a forma de manter a virgindade, por isso Miss Algrave é o próprio signo da santa, virgem e pura. Assim, a mulher atende ao que o cristianismo dita e a sociedade determina em suas normas. (MELO, 2014, p.80)

Os componentes sagrados e valores cristãos presentes no comportamento de Ruth são alicerces transmitidos pela educação provinda do pai que havia sido pastor protestante. Entretanto, ao mesmo tempo em que tinha um comportamento de excessivo controle quanto à sua sexualidade, a personagem era atormentada pelas lembranças das pequenas experiências sexuais que tivera na infância com seu primo Jack.

Embora a atormentasse uma lembrança horrível: quando era pequena, com uns sete anos de idade, brincava de marido e mulher com seu primo Jack, na cama grande da vovó. E ambos faziam de tudo para ter filhinhos sem conseguir. Nunca mais vira Jack nem queria vê-lo. Se era culpada, ele também o era. (LISPECTOR, 1998, p.13)

Ao não reconhecer o indivíduo sexual que havia em sua criança, desenvolve, inconscientemente, uma personalidade artificial, silenciando e enterrando sua verdadeira

essência ou identidade. A pudicícia comportamental da personagem alcança o cômico, portanto, como efeito do procedimento narrativo, ou seja, da paródia de padrões corporais e comportamentais que destoam dos demais elementos do texto.

As ações de Ruth Algrave são, portanto, focalizadas de modo que elucide sua relação com o próprio corpo, com a sexualidade. O erotismo, nesse texto, advém da focalização, muitas vezes irônica, do narrador em relação à personagem, a partir da relação “sagrado”/ “profano”, e do modo como as ações são medidamente apresentadas. (REGUERA, 2006, p. 249)

Interessante observar que Miss Algrave vivia em Soho, distrito de Londres conhecido pela noite badalada, pelos bares, restaurantes, teatros e casas de espetáculos, sendo uma área de entretenimento e também da indústria cinematográfica, entretanto, “quando passava pelo Picadilly Circle e via as mulheres esperando os homens nas esquinas, só faltava vomitar.” (LISPECTOR, 1998, p. 13). As cores também são elementos eróticos latentes no conto: Miss Algrave é ruiva e o nome Ruth, por sua vez, remete a rutilismo, palavra que designa a característica responsável pela mutação genética que ocasiona essa coloração de cabelo. O ruivo é símbolo do fogo impuro, dos delírios da luxúria e do desejo. Além disso, a cor vermelha que significa excitação, paixão e energia também está no macarrão com molho de tomate que a personagem pede em um restaurante, nos gerânios vermelhos e nas begônias que cultivava.

Era ruiva, usava os cabelos enrolados na nuca em coque severo. [...] Os cílios também eram ruivos. Era uma mulher bonita. Orgulhava-se muito de seu físico: cheia de corpo e alta. [...] Costumava jantar num restaurante barato em Soho mesmo. Comia macarrão com molho de tomate. [...] Cultivava gerânios vermelhos que eram uma glória na primavera. (LISPECTOR, 1998, p.14)

Sendo assim, esses paralelos se estabelecem, no conto, em favor da metamorfose que desvelará um contraponto entre a aparência de Ruth Algrave e a sua verdadeira essência. Aqui não nos referimos à aparência física da personagem — tendo em vista sua aparência física de mulher exuberante ou o próprio “ruivo” que escondia sob a capa da pureza — mas à tentativa de negação a todos os elementos eróticos que aparecem no conto como integrantes do espaço em que vivia e da própria sexualidade latente em sua essência.

Solteira, é claro, virgem, é claro. [...] Quando passava pelo Picadilly Circle e via as mulheres esperando homens nas esquinas, só faltava vomitar. Ainda mais por dinheiro! Era demais para se suportar. [...] Mas nunca ninguém havia tocado nos seus seios. [...] E nunca entrara num *pub*: nauseava-a o cheiro de álcool, quando passava por um. Sentia-se ofendida pela humanidade. (LISPECTOR, 1998, p. 13-4)

Dessa forma, o mundo se apresenta de uma maneira diferente a Ruth, como se ela se negasse à realidade comum a todos e suas possibilidades fossem reduzidas. Isso, de longe,

provoca uma frustração de autoafirmação e criação, uma vez que a autovigilância da protagonista parte de ideias muito distantes da vivência e dos desejos humanos.

O tempo da narrativa também se estrutura a partir da transformação e libertação da protagonista: o conto tem início em uma sexta-feira e termina na segunda-feira, mas a marcação temporal se dá através de um procedimento narrativo que privilegia a metamorfose ou ritual de iniciação nos prazeres mundanos de Miss Algrave.

“Miss Algrave” estrutura-se na/por meio da transformação da protagonista – fato já indiciado no título e nos sentidos relacionados ao termo “grave”. Ruth Algrave, antes pudica (sacra), passa por um “ritual de iniciação”, de modo que concretize os seus desejos carnis (profana). O meio dessa transformação é o próprio corpo sacro-profano da personagem[...] (REGUERA, 2006, p.247)

Em um sábado à noite, dia que os antigos povos pagãos dedicavam ao deus Saturno, Ruth recebe a visita de um ser vindo de tal planeta que, segundo a mitologia romana está ligado às funções solares da fecundação. Esse extraterrestre tem o nome Ixtlan. A protagonista pergunta a esse ser quem ele é, e a resposta que recebe é reveladora: “– Eu sou um eu.” (LISPECTOR, 1998, p.16)

Ela o amava e ia esperar ardentemente pela lua cheia. Não quis tomar banho para não tirar de si o gosto de Ixtlan. Com ele não fora pecado e sim uma delícia. Não queria mais escrever nenhuma carta de protesto: não protestava mais. [...] Ser mulher era uma coisa soberba. Só quem era mulher sabia. Mas pensou: será que vou ter que pagar um preço muito caro pela minha felicidade? Não se incomodava. Pagaria tudo o que tivesse de pagar. (LISPECTOR, 1998, p. 18-19)

Nesse momento em que experimenta o gozo do contato telepático estabelecido com Ixtlan, Miss Algrave é chamada a ser ela mesma, a exteriorizar aquilo que reprimira desde as brincadeiras sexuais com o primo e liberta-se das amarras que inibiam o prazer: passa a consumir carne e álcool, deita-se de pernas abertas na grama do parque, abandona o trabalho como datilógrafa, torna-se prostituta e aguarda por seu grande amor, Ixtlan, que voltará apenas na próxima lua cheia.

3. Conclusões

Neste trabalho procuramos estabelecer uma relação entre a condição feminina de subordinação ao homem como consequência dos processos econômicos que estruturaram as sociedades durante a história humana e o conto “Miss Algrave”, inserido na obra *A via crucis do corpo* (1974), de Clarice Lispector. Para nossas análises, recorreremos aos aportes teóricos da Crítica Cultural Materialista e, por fim, compreendemos que o comportamento exemplar da mulher pudica que conhecemos no início do conto advém de um sentimento de culpa que se

origina nos arquétipos repressores que atuam há séculos no imaginário coletivo de nossa sociedade. Se compreendemos que a cidadania, entendida como um conjunto de direitos civis, é marcada pela sexualidade, e que não há democracia sem corpos que se expressem, “Miss Algrave” a nós se apresenta como um documento ou um diagnóstico que incorpora a narrativa vivida por incontáveis mulheres na história. Mulheres essas que, enredadas em uma ordem estruturante e marginalizadora, que privilegia a esfera da realização do capital, ainda vêm sua sexualidade e seus corpos sendo interpelados por valores distorcidos e funcionalizados por normas que visam muito menos a realização individual do que a regulação da vida das populações.

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CAPUCHINHO, N. Mulheres no Brasil dos anos 1970. *Revista Extraprensa*, v. 12, n. 2, p. 157-178, 19 ago. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/155487/155190> . Acesso em: 09 set. 2020.

CEVASCO, M. E. (2013). O diferencial da crítica materialista. In: *Idéias*, 4(2), 15-30. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/ideias.v4i2.8649378>. Acesso em: 25 jul. 2019.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Cultura e Política*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Porto: Afrontamento, 1976.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Trad. Plataforma Gueto, 2014.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Trad. Valter L. Siqueira. São Paulo: Ática, 1992.

LISPECTOR, Clarice. *A via crucis do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, Flávia Rodrigues de.. Entre o corpo visto e o corpo vivido: a construção da identidade das personagens em *A via crucis do corpo* de Clarice Lispector. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN. 2014.

MOSER, Benjamin. *Clarice*. Trad. José Geraldo Couto. São Paulo: Cosac Naify, 2019.

MURARO, Rose. *A Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. Breve introdução histórica. *O martelo das feiticeiras: Malleus Maleficarum*. KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. Trad. Paulo Fróes. – 20ª ed. –Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2009.

Reguera, Nilze Maria de A.. *Clarice Lispector e a encenação da escritura: em "A via crucis do corpo"*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ROSENBAUM, Yudith. *Clarice Lispector*. São Paulo: Publifolha, 2002.

SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Vozes: Petrópolis, 1976.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35, jan. 2004. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003>>. Acesso em: 09 set. 2020.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.